

Evidenciação de uma Empresa no Exterior. Estudo do Caso Cabo Verde Telecom S. A. - Portugal Telecom SGPS S.A.

Anastácio Teodoro de Oliveira e Silva¹

Resumo

O presente trabalho explicita a complexidade para evidenciação de empresas controladas, situadas em países diferentes da controladora. No caso abordado, a empresa apresentada, Cabo Verde Telecom S. A., segue as normas contabilísticas de Cabo Verde e, supletivamente, as normas Internacionais do IASB, sendo suas demonstrações financeiras enviadas para Portugal, onde são consolidadas pela Portugal Telecom SGPS, S.A. que, por sua vez, converte suas demonstrações para USGAAP por negociar as suas acções na bolsa de NYSE.

Além da Estrutura Conceitual da Contabilidade cabo-verdiana, Internacional (IASB) e USGAAP, critérios que determinam a consolidação de balanços, são também apresentadas as realidades económicas onde estão inseridas as empresas. Para melhor visualização do que ocorre são apresentadas as demonstrações financeiras das empresas Cabo Verde Telecom S.A. e Portugal Telecom SGPS, S. A, assim como a reconciliação dos Resultados e Patrimónios Líquidos – PGAAP e USGAAP.

A conclusão alcançada com esta pesquisa é que quando uma empresa passa por várias conversões, os números são muito impactados. A pesquisa revelou, também, a necessidade de uma maior homogeneidade e transparência na evidenciação das empresas controladas e sua controladora visando melhoria da informação contábil e, consequentemente, melhor captação de recursos.

Palavras-Chave: Cabo Verde, IASB, PGAAP X USGAAP, Evidenciação, Conciliação, Consolidação, Conversão, Harmonização, e Portugal Telecom.

Introdução

Com a internacionalização económica dos mercados, as empresas se viram forçadas a desenvolver suas actividades em um ambiente mais competitivo e complexo. Mudanças no fluxo global de capitais aumentaram a demanda de comparabilidade nos relatórios contabilísticos de diferentes países. Os utilizadores das demonstrações financeiras têm características e demandas tão diferenciadas

¹ Mestre em Ciências Contábeis FAF/UERJ. Prof. Assistente da Universidade Jean Piaget de Cabo Verde. Email: anastacio_10@yahoo.com.br.

quanto nunca antes vistos, sendo indispensável a relevância, transparência e credibilidade na informação contabilística. Sendo assim, a contabilidade deve se estruturar para atender usuários ou utilizadores situados em diversos países e atender normas contabilísticas diferentes. Para MARTINS (1987), “deve a contabilidade guiar-se pelos seus objectivos de bem informar, seguindo, se for necessário para tanto, a essência ao invés da forma”. Muitas vezes, algumas informações não são divulgadas, o que pode distorcer a informação contabilísticas, comprometendo a sua credibilidade e utilidade.

O presente trabalho objectiva explicitar a complexidade para evidenciação de empresas controladas, situadas em países diferentes da controladora. No caso abordado, a empresa apresentada, Cabo Verde Telecom S. A., segue as normas contabilísticas de Cabo Verde e supletivamente as normas do International Accounting Standard Board (IASB), sendo suas demonstrações financeiras enviadas para Portugal, onde são consolidadas pela Portugal Telecom, S.A. que, por sua vez, converte suas demonstrações de acordo com os Princípios Contábeis Geralmente Aceitos Norte-americanos (USGAAP) por negociar as suas acções na Bolsa de Nova Iorque (NYSE). Este trabalho aborda a questão da transparência das informações contabilísticas depois de todas essas conversões.

Este estudo pretende apresentar a necessidade do aperfeiçoamento e actualização das normas, procedimentos e práticas da contabilidade e, em consequência, da transparência nas demonstrações financeiras de publicação obrigatória. O caso apresentado é cada vez mais comum em virtude da globalização das empresas apesar de ser pouco estudado em ambientes académicos.

Estrutura conceitual contábil de cabo verde, iasb e usgaap

Em Cabo Verde, segundo o Plano Nacional de Contabilidade (PNC), as empresas são obrigadas a apresentar Demonstração de Resultado de Exercício Extraordinário separado de Demonstração de Resultados de Exercícios, além de Resultado de Exercícios Anteriores. O PNC propõe a elaboração de Demonstração de Resultados por Função para as empresas que dispõem de uma contabilidade de custo, mesmo que de forma elementar.

Conforme a estrutura contabilística cabo-verdiana, a qualidade essencial da informação proporcionada pelas demonstrações financeiras pressupõe que ela seja compreensível aos utilizadores, sendo a sua utilidade determinada pela sua relevância, confiabilidade e comparabilidade. A estrutura contabilística cabo-verdiana segue as directrizes do IASB. O IASB estabelece como premissas subjacentes da informação contabilística o Regime de Competência e a Continuidade da Entidade. Ainda que tacitamente, a estrutura vigente do IASB trata do fair value, ao falar do valor presente. Ao contrário do IASB, o Financial

Accounting Standard Board (FASB) prioriza a relevância, confiabilidade e comparabilidade da informação contabilística para a tomada de decisões.

Reconciliação do resultado e património líquido - pgaap e usgaap

A Portugal Telecom preparou igualmente demonstrações consolidadas em formato internacional (Formulário – 20 F) com a finalidade de serem apresentadas junto a *Securities and Exchange Commission* (SEC) e a NYSE. Essas demonstrações contábeis consolidadas apresentam os mesmos valores de activo, património líquido e lucro líquido que as da versão Plano Oficial de Contabilidade (POC), mas diferem destas nas suas apresentações, por incluírem determinadas reclassificações para as tornar mais próximas de demonstrações contábeis elaboradas nos Estados Unidos da América.

No sentido de facilitar a comparabilidade entre as demonstrações de resultados preparadas de acordo com a versão POC e a versão internacional, apresenta-se, em seguida, uma reconciliação para itens mais relevantes: receitas operacionais, lucro operacional e lucro antes de impostos e de interesses minoritários.

Valores expressos em €

| | |
|---|----------------------|
| Receitas Operacionais (versão POC) | 5.942.254.098 |
| Receitas e custos extraordinários acrescidos ou deduzidos | |
| das receitas operacionais ^(a) | 11.758.506 |
| Trabalhos para própria empresa ^(b) | (74.499.765) |
| Receitas suplementares ^(b) | (99.824.364) |
| Subsídios à exploração ou pesquisa ^(b) | (2.701.708) |
| Variação da produção | (234.214) |
| Outras receitas e ganhos operacionais ^(b) | (640.979) |
| Receitas operacionais (versão internacional – USGAAP) | 5.776.111.574 |
| Resultado operacional (versão POC) | 1.278.119.040 |
| Receitas e custos extraordinários acrescidos e deduzidos das receitas operacionais ^(a) | 11.758.506 |

| | |
|---|----------------------|
| Custos ou receitas extraordinárias acrescidas ou deduzidas aos custos operacionais ^(c) | <u>23.849.667</u> |
| Lucro operacional (versão internacional – USGAAP) | 1.313.727.213 |
| Resultado antes de impostos de renda (versão POC) | 969.729.010 |
| Insuficiência líquida de estimativa de impostos ^(d) | <u>617.850</u> |
| Lucro antes de IR (versão Internacional - USGAAP) | 970.346.860 |

-
- (a) Este montante respeita essencialmente a ajustamentos a receitas registadas nos exercícios anteriores que, para efeito da versão internacional, são acrescidos a receitas operacionais.
- (b) Na versão internacional, estas receitas são deduzidas aos custos operacionais.
- (c) Estes valores respeitam a custos e receitas extraordinários, essencialmente relativos a subsídios ao investimento e formação profissional e a constituição/ reversão de provisão extraordinária que, na versão internacional, são acrescidos ou deduzidos aos custos operacionais
- (d) Este valor constitui um custo extraordinário na versão POC, ao passo que, na versão internacional, é incluído na rubrica imposto de renda do período.

TABELA 1 – Reconciliação das Diferenças do Lucro Líquido preparado pelos PGAAP e USGAAP – Em € (Euros)

PORTUGAL TELECOM, SGPS S. A E SUBSIDIÁRIAS

| DESCRIÇÃO | ANO 2003 | % |
|--|---------------------|------------|
| Resultado Líquido Consolidado conforme PGAAP. | 240.235.301 | 100 |
| Ajustes conforme USGAAP: | | |
| Amortização do <i>Goodwill</i> | 57.536.150 | 24 |
| <i>Goodwill Impairment</i> | (60.618.184) | (25) |
| Venda de Imobilizado | (36.996.469) | (15) |
| Contabilização de perdas para complemento da provisão para passivo descoberto | (54.242.901) | (23) |
| Outros | 54.913.267 | 23 |
| Efeito de Impostos Diferidos sobre os ajustes | (55.284.405) | (23) |
| Ajustes líquidos | (94.692.542) | (39) |
| Res. Líquido antes das mudanças de princípios contábeis, de acordo com USGAAP | 145. 542.759 | 61 |
| Efeito acumulado da mudança no princípio contábil SFAS 143 | (7.388.840) | (3) |

Essas demonstrações consolidadas no formato internacional foram preparadas através do Formulário 20 – F. Como foi mencionado anteriormente, essas demonstrações sofreram reclassificações para se aproximarem mais das demonstrações contábeis elaboradas nos Estados Unidos da América, por isso apresentam os mesmo valores de Patrimônio Líquido e Lucro Líquido que as da versão POC. Ao mesmo tempo, a empresa apresentou, no mesmo formulário, a reconciliação das diferenças do lucro líquido e patrimônio líquido preparado pelos PGAAP e USGAAP. A seguir, são apresentadas as conciliações:

A empresa Portugal Telecom, SGPS S.A. apresentou resultado líquido, em 2003, de € 240.235.301 pelos PGAAP, contra € 138.153.919 pelos USGAAP, isto é, houve uma redução de 42% em relação ao PGAAP. Os pontos que apresentaram diferenças significativas, em relação aos PGAAP e USGAAP, no Resultado Líquido, são os seguintes:

a) Amortização do goodwill

Em 2003, sob PGAAP, teve uma diferença de provisão para cobrir riscos inerentes relacionados com o potencial futuro do impairment nos investimentos financeiros. Sob USGAAP, todos os efeitos dessa provisão foram revertidos.

b) Goodwill Impairment

O FASB utiliza a palavra impairment apenas quando o valor contábil excede a soma de fluxo de caixa futuro, não descontado. Se o ativo sofrer uma perda de benefícios futuros, mas ainda assim o fluxo de caixa futuro, não descontado, for superior ao valor contábil líquido do ativo, a empresa terá sofrido uma perda, mas o termo impairment não se aplica.

Como foi referida anteriormente, a companhia passou a adotar o SFAS N.º 141 “Business Combinations” e o SFAS N.º 142 “Goodwill and Other Intangible Assets” no início de exercício de 2001.

Em adopção, a companhia realizou uma avaliação inicial de impairment do valor contábil do goodwill, como requer o SFAS 142. Durante o último quadrimestre de 2002, a companhia realizou a revisão anual do impairment do goodwill e registou um impairment de € 226.2 milhões (líquido das participações minoritárias). Esse impairment reflectiu um declínio total do valor de mercado ajustado do segmento de PT Multimédia baseado em tendências do investimento de publicidade. Esse custo ou encargo foi registado nas participações minoritárias líquidas no valor de € 174.4 milhões. Incluindo custos de redução, o valor contábil do goodwill desses negócios foi de € 400.6 milhões. O montante de € 400.6 milhões incluem também € 37.0 milhões registados sob PGAAP e € 63.6 milhões incluídos na reconciliação do património líquido entre PGAAP e USGAAP em Dezembro de 2002. Em 2003 não foi realizado o teste impairment, mas houve uma amortização no valor de 60 milhões de euros. Para propósito de USGAAP, todos os efeitos desta provisão ou amortização foram revertidas.

c) Vendas de Activo Imobilizado

Sob PGAAP, a venda sob operação de lease de imóveis (escritórios) tem resultado num ganho líquido de € 38,9 milhões, registados em 2003, e um montante de € 27 milhões diferidos no decurso do período do lease.

Sob USGAAP, tal transacção envolvendo imóveis e incluindo equipamentos deve ser classificada como venda sob previsão do FASB N.º 66 “Accounting for Sale of Real Estate”. Considerando a guia apropriada, sob USGAAP, a companhia foi considerada que mantém legalmente a posse do bem alienado (lease – back), mantendo – os registados no seu activo. Por conseguinte, sob o USGAAP, a companhia considerou que essa venda não foi consumada e, consequentemente, a respectiva operação foi classificada como uma transacção financeira, e esse valor foi deduzido do resultado.

d) Contabilização de perdas para complemento da Provisão para Passivo a Descoberto

Em 2003, a companhia concedeu empréstimo para as companhias afiliadas, cujas transacções são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, com património líquido negativo. Para o USGAAP, a companhia aplicou a guia sob EITF 98-13 e EITF 99-10, e considerou que parte do aumento do prejuízo dessas companhias afiliadas deve-se ao respectivo empréstimo contraído, por isso, registou-se um prejuízo de € 54.242.901.

e) Efeito acumulado da mudança no princípio contábil SFAS 143

Em Janeiro de 2003, o grupo adoptou a provisão do SFAS 143 “Accounting for Asset Retirement Obligations”. A obrigação com o activo de aposentadoria representa a obrigação legal associada com o activo intangível de aposentadoria de longa duração, que é incorrido na aquisição, construção, desenvolvimento ou operação normal daquele activo em longo prazo.

Esse SFAS determina que o passivo de uma baixa contábil seja registado pelo fair value no período em que ocorrer. O passivo é inicialmente registado pela capitalização dos custos incorridos, aumentando o valor contábil dos respectivos activos de longa duração.

Em cada período subsequente, o passivo é elevado para o valor presente de custos adicionais incorridos, e cada um dos custos é capitalizado e depreciado com base na vida útil do activo de longa duração. Na quitação, o passivo é quitado pelo valor registado, e deverá ser registada qualquer variação em ganho ou perda no período incorrido.

A adopção desse padrão resultou, em 2003, no crescimento de prejuízo depois de imposto de € 7.388.840 correspondentes ao efeito acumulado de mudança no princípio contábil.

Um ponto a destacar é o efeito de imposto diferido sob os ajustes, que também contribui para essa diferença no resultado líquido da empresa.

TABELA 2 - Reconciliação das diferenças do Património Líquido preparado pelos PGAAP e USGAAP – Em €\$ (Euros).

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S. A. E SUBSIDIÁRIAS

| DESCRIÇÃO | ANO 2003 | % |
|---|----------------------|------------|
| Património Líquido Consolidado conforme PGAAP. | 2.940.826.925 | 100 |
| Ajustes conforme USGAAP: | | |
| Benefícios de pensão e plano de saúde | (309.693.821) | (11) |
| Reavaliação do activo permanente | (196.957.276) | (7) |
| PTM <i>Business Combination</i> | (144.554.615) | (5) |

| | | |
|---|-------------------------|-----------|
| Amortização do <i>Goodwill</i> | 151.713.804 | 5 |
| <i>Goodwill Impairment</i> | (88.306.412) | (3) |
| Contabilização de perdas para complemento da provisão para passivo descoberto | (54.242.901) | (2) |
| Ajustes no P. L. referente às investidas, conforme USGAAP | (442.931.730) | (15) |
| Venda do Imobilizado | (36.996.469) | (1) |
| Reconhecimento de Receitas | (155.452.334) | (5) |
| Outros | 75.48.719 | 3 |
| Efeito de Impostos Diferidos sobre os ajustes | 260.148.785 | 9 |
| Ajustes líquidos | (941.854.250) | (32) |
| Patrimônio Líquido depois das mudanças no princípio contábil, de acordo com USGAAP | 1. 998. 972. 675 | 68 |

Por outro lado, o grupo apresentou património líquido, em 2003, de € 2.940.826.925, pelos PGAAP, comparado com € 1.998.972.675, pelos USGAAP, isto é, houve uma redução de 32% em relação ao PGAAP. Os pontos que provocaram diferenças significativas, em relação aos PGAAP e USGAAP, no Património Líquido, são os seguintes:

a) Benefícios de pensão e plano de saúde

O uso do valor justo na mensuração dos activos do plano de pensão pelos US GAAP, diferente de Portugal GAAP, conduz a diferenças no retorno esperado dos activos. A amortização de prejuízos e ganhos líquidos pelo Portugal GAAP não obedece ao “corredor” de 10% (igual a 10% do maior entre a obrigação de benefício projectado ou o valor de mercado dos activos do plano). Os cálculos dos custos das pensões e fundos foram maiores no PGAAP do que sob USGAAP, por isso foram deduzidos no Património Líquido para este fim.

Como foi dita anteriormente, a PT Telecomunicações mantém um Plano de Saúde aplicável aos seus empregados activos, pré – reformados, reformados e aposentados, bem como aos respectivos familiares elegíveis (legítimos). Os custos com esse plano foram registados na rubrica “Custos com o Pessoal – Encargos sociais, com base nas estimativas constantes dos estudos actuariais elaborados por uma entidade independente”.

b) Reavaliação de activo permanente

Devido ao impacto da inflação dos anos anteriores, em 2003, a legislação portuguesa permitiu que as empresas reavaliassem os seus activos fixos de acordo com as taxas oficiais de inflação, que só aceita como custo para efeito do calculo de imposto apenas 60% do aumento das amortizações resultantes de reavaliações. Sob o USGAAP, o activo permanente não pode ser registado por valores maiores que o seu custo histórico, por isso esses valores foram revertidos.

c) PTM Business Combination

No exercício de 2001, a companhia adquiriu as participações da PT Multimédia pelo preço à vista de € 161. 683.951. Sob PGAAP, a companhia alocou integralmente para o *goodwill* o ágio (excesso) do preço de compra sobre o valor contábil das participações adquiridas. Sob o USGAAP, o *goodwill* foi registado com base no *fair value* das participações adquiridas naquela data. A diferença do valor do *goodwill* registado sob o USGAAP gerou uma redução no custo do *goodwill* amortizado em 31 de Dezembro de 2001. Essa diferença no valor do *goodwill* líquido da amortização acumulada foi de € 144.554.615.

d) Ajustes no Património Líquido referente às investidas conforme USGAAP

Nessa linha, foi incluído o ajuste referente a investimento no Brasicel, em Dezembro de 2003. Em 2002, algumas quantias foram reclassificadas para fim de comparação. Essa reclassificação diz respeito ao uso do método de equivalência patrimonial na consolidação do investimento nessa companhia. Essas reclassificações recaem sobre a amortização do *goodwill* (antes da adopção do SFAS N.º 142 em Janeiro de 2002), amortização de activos intangíveis com vida infinita, ganhos e perdas referentes à alienação de activos permanentes, redução de custos de mão-de-obra (que são excluídos do resultado operacional sob PGAAP e que são considerados itens de resultado operacional sob USGAAP). A reclassificação dos itens ganhos e perdas na alienação de investimentos foram consideradas como despesas extraordinárias, de acordo com o PGAAP. Sob USGAAP, esses itens deveriam ser classificados como itens extraordinários, mas dentro de outras receitas e despesas.

e) Contabilização de perdas para complemento da Provisão para Passivo a Descoberto

Venda do Activo Imobilizado, Amortização do *Goodwill* e *Goodwill Impairment*.

Esses itens já foram comentados anteriormente e representam a contrapartida do resultado, portanto, o impacto é mesmo.

f) Reconhecimento de receitas

Em Dezembro de 1999, a SEC emitiu o SFAS 101 “Revenue Recognition in Financial Statements” (“SAB 101”). Em adição, o SAB também destaca os factores a serem considerados quando se determina a base de reconhecimento da receita bruta e líquida. O SAB 101 foi emendado pelo SAB 101/A e SAB/B e actualizado pelo SAB 104 e passou a ser adoptado pelas companhias no final de 2000.

O SAB permite que certas receitas sejam registadas de maneira diferente em relação a PGAAP. Um exemplo disso é o reconhecimento da receita proveniente da venda de cartão de telefone pré-pago *phone card*. Até Dezembro de 2001, as companhias portuguesas registavam as receitas pela venda dos cartões pré-pagos no momento em que o cliente fazia o pagamento do cartão. Segundo SAB 101, as receitas devem ser reconhecidas de acordo com o uso efectivo do cartão medido pelos minutos.

Em 2002, as companhias portuguesas mudaram o método do reconhecimento da receita, registando uma provisão extraordinária baseada nos minutos estimados a serem usados no futuro para determinar o valor da receita a ser diferido. Foram registados € 82.252.296 de receitas diferidas, referentes essencialmente a minutos de cartão pré – pago não consumidos pelos clientes destes serviços moveis na TMN e VIVO, na rubrica Acréscimos e Diferimentos. Em 2002 estes diferimentos encontravam – se registados numa rubrica de provisões para outros riscos e encargos. Já no final de 2003, registavam as receitas baseadas apenas nos minutos usados do cartão.

Mais uma vez cabe destacar que esses ajustes resultaram num Efeito Acumulado de Imposto Deferido no valor de € 260.148.785, que impactou significativamente o património líquido.

Análise e comparação dos rácios económicos – financeiros do grupo telecom sgps, s.a. entre o pgaap e o usgaap.

A análise por meio de índices ou racios é usada para comparar o desempenho e a situação de uma empresa com outras empresas, ou consigo mesma ao longo do tempo ou sob princípios contábeis diferentes.

MATARAZZO (2003:145) define índice como “a relação entre as contas ou grupo das demonstrações financeiras, que visa evidenciar determinado aspecto da situação económica ou financeira de uma empresa”.

Segundo GUITMAN (2002:102) “a análise por meio de índices envolve os métodos de cálculo e a interpretação dos índices financeiros, para avaliar o desempenho e a situação da empresa”.

Para STICKNEY e WEIL (2001:231) “os índices ajudam a análise das demonstrações contábeis, porque eles resumem os dados contidos nas demonstrações – de forma conveniente, fácil de entender, interpretar e comparar”.

Nessa pesquisa vão ser calculados e analisados apenas os índices ou rácios de liquidez corrente, de endividamento em curto prazo e rentabilidade sobre o património líquido sob PGAAP e USGAAP. A seguir são apresentadas as fórmulas dos índices referidos:

$$\text{Liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

$$\text{Endividamento a curto a prazo} = \frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível Longo Prazo}} \times 100$$

$$\text{Rentabilidade do Património Líquido} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Património Líquido}} \times 100$$

Os índices são calculados sobre as demonstrações contábeis do Grupo Portugal Telecom SGPS, S.A do exercício de 2003, sob PGAAP e USGAAP.

Os dados a serem utilizados são as seguintes:

| ITENS DO BALANÇO | PGAAP | USGAAP |
|------------------------|------------------|------------------|
| Activo Circulante | 5.645.958.327,00 | 4.604.694.594,00 |
| Passivo Circulante | 2.519.882.681,00 | 2.807.297.794,00 |
| Exigível a Longo Prazo | 4.620.365.487,00 | 6.754.766.033,00 |
| Lucro Líquido | 240.235.301,00 | 138.153.919,00 |
| Património Líquido | 2.940.826.925,00 | 1.998.972.675,00 |

Obs: Os dados referentes o USGAAP se encontram nas notas explicativas do balanço do PT _ 2003 _ 20 F, disponível no site: www.pt.pt.

Segue os rácios financeiros do Grupo Telecom sob PGAAP e USGAAP.

| RÁCIOS | PGAAP | USGAAP |
|--------------------------|-------|--------|
| Liquidez Corrente | 2,24 | 1,64 |
| Endividamento a CP | 35% | 29% |
| Retorno sobre o PL (ROE) | 8% | 7% |

O rácio de endividamento a curto prazo passou de 35% para 29%, pois o perfil do dívida a curto prazo é menor sob as normas Norte-americanas, o que dá entender que sob as normas Portuguesas ela tem mais compromissos a curto prazo para honrar. A liquidez corrente diminui, isto é, a empresa precisa de gerar mais recursos para melhorar a sua liquidez sob USGAAP. A rentabilidade do Capital Próprio passou de 8% para 7% sob o USGAAP, mostrando que a empresa conseguiu uma menor remuneração do seu capital. Tudo isso é se deve aos ajustes

feitos no Património Líquido e no Lucro Líquido por causa das diferenças de práticas e normas contábeis entre PGAAP e USGAAP. Em consequência o valor contábil efectivo das acções da empresa é diferente nos dois cenários. Isso dá entender de que a mesma empresa no mesmo exercício teve melhor desempenho sob óptica do PGAAP do que sob o USGAAP.

Tanto do ponto de vista financeiro como económico a sua situação piorou sob a óptica do USGAAP.

Conclusão

Com a globalização, as empresas passaram a ter presença internacional. A contabilidade, porém, ainda não conseguiu ter normas únicas, como consequência, uma empresa controlada terá de seguir normas diferentes, o que pode prejudicar a sua transparência.

A presente pesquisa teve como objectivo apresentar as demonstrações contábeis da empresa Cabo Verde Telecom S. A. e os ajustes mais relevantes que foram necessários para a adaptação às normas do IASB e às utilizadas pela controladora Portugal Telecom SGPS em paralelo ao posterior ajuste deste para USGAAP, bem como identificar e quantificar a magnitude das diferenças no resultado e no património líquido. Em relação aos ajustes que a empresa Cabo Verde Telecom S. A. fez para se adaptar às normas do IASB, não foi possível identificar, uma vez que a empresa não disponibilizou os dados, o que dificultou muito o processo da elaboração deste trabalho. Também cabe ressaltar que as demonstrações contábeis analisadas pertencem aos exercícios de 2001, 2002 e 2003.

Em termos de evidenciação, concluiu-se que as normas contábeis norte-americanas são muito mais abrangentes, rigorosas e complexas do que as do IASB, e consequentemente, as portuguesas e as cabo-verdianas. Mostrou-se que em Cabo Verde a contabilidade encontra-se em fase de desenvolvimento, motivo pelo qual, geralmente, são seguidas as directrizes emanadas em nível internacional. A Comissão de Normalização Contabilística e a Ordem dos Auditores e Contabilistas já estão constituídas, pelo que é possível que venham a surgir novidades em termos de matérias contábeis.

Essa pesquisa mostrou que, quando uma empresa passa por várias conversões, os números são muito impactados. No nosso estudo de caso, notou-se que, quando o balanço de Portugal Telecom é convertido para o USGAAP, provoca um efeito relevante no Resultado Líquido e no Património Líquido. Mostrou-se que as diferenças de procedimentos podem influenciar sobremaneira os resultados

apresentados pelas empresas portuguesas, quando são utilizados os princípios contábeis norte-americanos.

Constatou-se ainda que os principais itens que causaram diferenças no resultado e património líquido foram o tratamento de *goodwill*, amortização do *impairment*, investimentos em outras empresas (*Business Combination*), benefícios de pensão e reconhecimento de receitas ou proveitos.

Foi notada diferença entre as normas e práticas contabilísticas de Cabo Verde, IASB, PGAAP e USGAAP. A principal diferença está na forma de evidenciação das demonstrações contabilísticas das empresas, principalmente no que diz respeito ao balanço patrimonial e à demonstração de resultado de exercício. A empresa Portugal Telecom SGPS S. A., quando prepara as suas demonstrações consolidadas em formato internacional com finalidades de serem apresentadas junto a SEC e a NYSE, apresenta a sua demonstração de resultado segundo o modelo norte-americano, diferentemente da apresentada para fim de PGAAP.

Este trabalho mostrou que a harmonização dos princípios e normas contábeis pode contribuir para a valorização da Contabilidade. Essa harmonização traria o aumento de transparência, compreensão e comparação das informações divulgadas aos diferentes cenários económico-financeiros mundiais; reduziria custos de elaboração, divulgação e auditoria das demonstrações contábeis; eliminaria significativamente as diferenças em resultados gerados pelo reconhecimento contábil das operações a partir de um único conjunto de normas; facilitaria e simplificaria o processo de consolidação das demonstrações contábeis; melhoraria a comunicação da empresa com os seus investidores nacionais e estrangeiros e viabilizaria os investimentos directos estrangeiros e o fluxo de capitais internacional.

Os países e as empresas que adoptem as normas internacionais de contabilidade tendem a ter significativamente vantagem sobre os demais no processo de tomada de decisão dos investidores sobre novos investimentos. Dessa forma, recomendamos que Cabo Verde promova efectivamente a convergência entre as suas normas locais e as normas contábeis internacionais no sentido de apresentar e divulgar informações contábeis mais transparentes, confiáveis e comparáveis.

Bibliografia

- ANTHONY, N. Robert. *Management Accounting – Text and Cases*, Nova Yorque: NAA, ed. 1960.
- CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE (17^o: 2004: SANTOS). *processo de evidenciação de informação para o mercado de capitais internacionais: Um estudo comparativo das demonstrações Financeiras de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais*. São Paulo, 2004.
- COSTA JR., Jorge Vieira da. *As estruturas conceituais do FASB e do IASB*. Boletim IOB Temática Contábil e Balanços. N.º 11-1: São Paulo, 2002.
- Decreto N.º 4 30/01/84. *Plano Nacional de Contabilidade de Cabo Verde*. B. Oficial n.º 4, de 30 de Janeiro de 1984.
- Decreto-Lei n.º 47, de 7/02/77. *Plano Oficial de Contabilidade de Portugal*. Portugal, 1977.
- GALINKIN, Gilberto. *BRGAAP e USGAAP: Estudo comparativo das demonstrações contábeis de empresas que atuam no setor da telefonia fixa*. Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – CCJE/FACC – UFRJ, 2003.
- HENDRIKSEN, Eldon S.; VAN BREDA, Michael F. *Teoria de Contabilidade*, 5. ed., Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.
- JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPÉIA. *Normas Internacionais de Contabilidade*. Lisboa: EEE, 2003.
- KPMG. *Comparações entre práticas contábeis*. 2 ed. São Paulo: DPP Brasil, 2001.
- OLIVEIRA, António. *Contabilidade Geral e Financeira*. 3. ed. Lisboa: Rei dos Livros, 1997.
- MARTINS, E et al. *Manual das sociedades por ações; aplicável às demais sociedades / FIPECAFI*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2003.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- STICKNEY, Clyde P. e WEIL, Roman L. *Contabilidade Financeira*. Tradução de José Evaristo dos Santos. São Paulo: Atlas, 2001.
- Site consultados:
www.fasb.org, www.iasb.org, www.cfc.org.br, www.cvm.org.br, www.sec.gov,
www.usp.br, www.pt.pt, www.ctoc.org.pt, www.oroc.org.pt, www.mefin.org.cv,
www.bcv.cv